

EM DISPARADA RUMO A BELÉM¹

Perry Anderson

Tradução do inglês: Alexandre Morales

RESUMO

Com o propósito de identificar os fatores que configuraram a atual correlação de forças no conflito árabe-israelense, o autor examina os programas e estratégias do movimento sionista em face dos violentos desdobramentos geopolíticos da criação do Estado judeu independente no Oriente Médio. Tal é o pano de fundo histórico para uma discussão crítica de temas candentes como os vieses e o fracasso dos Acordos de Oslo, as condições para uma partilha justa da Palestina, a hegemonia de Israel como produto do decisivo apoio norte-americano e o papel dos Estados árabes no equilíbrio de poder regional.

Palavras-chave: Oriente Médio; Palestina; Israel; sionismo; nacionalismo.

SUMMARY

Intending to identify the factors of the present correlation of forces in the Arab-Israeli conflict, the author examines the programs and strategies of the Zionist movement in face of the violently geopolitical unfolding on the creation of an independent Jewish state in the Middle East. This is the historical background for a critical approach to such fierce themes as the biases and failure of the Oslo Accords, the conditions for a just partition of Palestine, the Israeli hegemony as a result of American support, and the role played by Arab states in the regional balance of power.

Keywords: Middle East; Palestine; Israel; Zionism; nationalism.

(1) Publicado originalmente em *New Left Review* n° 10, jul.-ago.de 2001.

Faz nove meses que eclodiu a segunda intifada contra a mais longa ocupação militar oficial da história moderna, que vai entrando em seu trigésimo quinto ano. O conflito em torno da Palestina, é claro, remonta a muito mais. Os primeiros choques entre árabes e judeus datam dos anos 1920. Desde 1948, cinco guerras foram travadas por Israel e duas guerras civis decorreram de efeitos colaterais em Estados adjacentes. A despeito das batalhas no Oriente Médio, no Ocidente de hoje há poucos dissensos sobre a questão. Aqui, é seguro dizer, nenhum grande tema internacional suscita tanto consenso e tanta hipocrisia quanto a questão da Palestina, em torno da qual um "processo de paz" aclamado com unanimidade por respeitáveis opiniões vem supostamente se desdobrando por uma década, e cujo progresso só pode ser ameaçado pelo recurso à violência. É do interesse de todas as partes — assim expressa o entendimento oficial — que o levante na Cisjordânia e em Gaza cesse imediatamente. Podar o intricado cipoal que

encobre as relações entre israelenses e palestinos, das quais essa noção constitui um produto final, é tarefa que excede qualquer breve revisão que se faça aqui, mas umas poucas considerações básicas podem ser consignadas.

1

O conflito entre judeus e árabes na Palestina é um choque entre dois nacionalismos, da espécie de que o último século se viu repleto. Sua peculiaridade reside numa assimetria entre os antagonistas. A consciência nacional palestina cristalizou-se tarde, a partir de uma identidade árabe expandida depois da catástrofe — a *Nakba* — que se abateu sobre a comunidade em 1948, quando foi massacrada por milícias judias. Já o nacionalismo judeu que impeliu ao surgimento de sua contrapartida palestina adquiriu forma organizada na virada do século. O movimento sionista fundado por Herzl foi uma variedade do nacionalismo étnico do século XIX na Europa Central e Oriental, onde encontrou sua massa de adeptos — um típico exemplo do despertar de povos divididos ou oprimidos daquela região antes e depois da I Guerra Mundial. Dois traços, no entanto, distinguiram a posição dos judeus: eles não ocupavam um território comum (e não falavam uma língua comum), dispersos que estavam em bolsões ao longo do continente, e possuíam uma antiquíssima tradição religiosa que forneceu uma base alternativa — mediata ou imediata — de identidade, vinculada a uma pátria sagrada além da Europa. Ao tomar como meta o estabelecimento de um Estado judeu na terra de Israel, o sionismo pôde mobilizar reservas de energia culturais e teológicas mais que capazes de compensar sua carência de uma base territorial ou lingüística convencional.

No entanto, os obstáculos para a criação de um Estado-nação a milhares de quilômetros da localização de seus constituintes, numa área há muito habitada por outros, sob o domínio de um vasto Estado que representava uma outra fé religiosa, seriam insuperáveis não fosse um fator adicional que faria do sionismo algo mais do que apenas outro movimento nacionalista da época. Sociologicamente, os judeus da Europa dividiam-se claramente em dois ramos. Na Europa Oriental — sobretudo na Polônia e na Rússia — a maioria deles era pobre e subjugada, exposta às humilhações e injúrias dos preconceitos hostis do anti-semitismo cristão, numa posição ainda pior que a de muitos oprimidos de outras nacionalidades na região. Já entre os judeus da Europa Ocidental havia não apenas muitos membros de uma próspera classe média — *Besitz é Bildungsbürgertum* [burguesia ilustrada e com posses] —, mas também algumas das maiores fortunas do continente. Num extremo da Europa estava o *shtetl* de Chagall ou Martov, e no outro a *haute finance* dos Rothschilds e Warburgs, ou a carreira de Disraeli. A sombra do anti-semitismo recaiu sobre todos os judeus, por mais alto que tivessem se alçado na escala da riqueza ou do poder, vinculando os mais altos e os mais

baixos estratos sociais, como deixou patente o caso Dreyfus — o episódio que fez irromper o sionismo. Mas na Belle Époque a nata da judeidade européia gozava de uma *entrée* nos círculos de poder de uma Europa imperialista além dos sonhos de qualquer outra nacionalidade oprimida da época. Sem essa paradoxal determinação dupla, de cima e de baixo, o sionismo jamais teria alcançado suas metas.

2

A I Guerra Mundial impulsionou o movimento com a Declaração de Balfour de 1917, que proclamou o apoio britânico à criação de um lar nacional judeu na Palestina, seguindo o rastro de intentos já manifestos pela França. A decisão de Londres de apoiar o sionismo decorreu nitidamente de um cálculo interimperialista. Seu objetivo imediato era mobilizar a opinião pública judia na Rússia e na América em prol dos esforços de guerra dos Aliados, que viviam um momento de dificuldade — depois da Revolução de Fevereiro e antes de os Estados Unidos entrarem no conflito —, e ao mesmo passo desenganar os desígnios franceses quanto à Palestina. Por trás dela, porém, também havia um persistente pendor ideológico da cultura protestante, com sua profunda devoção ao Pentateuco, que endossava o retorno dos judeus à Terra Sagrada². Essa corrente do sionismo cristão, ciosa de uma descendência ilustre que remontava ao século XVII, constituiu um essencial *background* para o escudo estendido pela elite imperial britânica sobre a constituição de colônias judias na Palestina, tão logo a Grã-Bretanha consolidou seu controle sobre a região em Versalhes. Em 1918 havia na Palestina cerca de 700 mil árabes e 60 mil judeus. Vinte anos depois, eram 1.070 mil árabes e 460 mil judeus.

Adquiriu assim o sionismo sua peculiar natureza dual: um movimento do nacionalismo étnico europeu tornou-se, inseparavelmente, uma forma de colonialismo europeu além-mar. A colônia pioneira criada pelo sionismo na Palestina do pré-guerra era *sui generis*. À diferença dos colonizadores ingleses na América do Norte ou Austrália, o *Ishuv* [comunidade judaica] não se confrontou com caçadores-coletores nômades, mas com uma densa população camponesa que não podia ser expulsa ou dizimada. À diferença dos colonizadores franceses na Argélia ou dos antigos colonizadores holandeses na África do Sul, não podia explorar mão-de-obra nativa em larga escala sem o risco de fomentar a criação uma sociedade *pied-noir* na qual se tornaria uma minoria. A tarefa de construir um Estado-nação etnicamente homogêneo num ambiente hostil só poderia ser levada a cabo com a criação de uma comunidade separatista aglutinada por uma crença ideológica e desprovida de quaisquer divisões de classe. Daí os *kibbutzim*: subjetivamente, de inspiração socialista, e na prática a única solução possível para o problema da colonização sem mão-de-obra nativa, da terra ociosa ou de um vultoso capital de risco³. O *apartheid* constituía uma mistificação na África

(2) Entre os que advogaram ou profetizaram a retomada da terra de Israel pelos judeus estiveram Milton, Locke, Newton, Priestley, Fichte e Browning, além do caso mais conhecido de George Eliot. Entre os políticos podem ser citados Shaftesbury, Palmerston, Milner e Lloyd George. Na tradição iluminista, lembre-se o chamado de Napoleão aos judeus para a reconquista de seu patrimônio durante a campanha síria de 1799. Sobre esse assunto negligenciado, veja-se o meticoloso estudo de Regina Sharif, *Non-Jewish Zionism* (Londres: 1983). Entre as elites políticas e burocráticas o sionismo cristão foi quase sempre compatível com o anti-semitismo, sob a perspectiva da partida dos judeus locais para a Terra Sagrada (ver Segev, Tom. *One Palestine, complete: Jews and Arabs under the British Mandate*. Nova York: 1999, pp. 33-36 ss.).

(3) Essa é a conclusão do fundamental trabalho de Gershom Shafir, *Land, labor and the origins of the Israeli-Palestinian conflict, 1882-1914* (Bekeley, 1986), que traça a emergência gradual da lógica do "emprego exclusivamente judeu" no período que precedeu a I Guerra. Para sua análise dos anos subsequentes, ver "Zionism and colonialism — a comparative approach". In: Pappé, Ilan (ed.). *The Israel/Palestine question*. Londres: 1999, pp. 81-96.

do Sul, onde jamais houve qualquer "evolução separada" das raças, e o termo nada mais era que um eufemismo para as mais extremadas formas de exploração dos negros pelos brancos, mas era algo semelhante a isso o objetivo temporário do sionismo do entre-guerras.

O enclave judeu na Palestina foi peculiar num outro aspecto ainda. Desde o início foi uma sociedade de colonos sem país natal, uma colônia que jamais procedeu de uma metrópole. Contudo, tinha por trás de si um agente imperialista: o poder colonial britânico foi a condição absoluta da colonização judia. Sem a força blindada da polícia e do exército britânicos, a maioria *árabe* — 90% da população local — teria estancado a edificação sionista em suas bases, depois da I Guerra. O sionismo dependeu completamente da violência do Estado imperial britânico para medrar. Quando a população árabe por fim se deu conta da extensão da penetração judia, sublevou-se numa revolta em massa que perdurou de abril de 1936 a maio de 1939 — historicamente, a primeira e a maior das intifadas. Londres mobilizou 25 mil soldados e também esquadrões da força aérea para esmagar a rebelião — foi a maior guerra colonial do Império britânico em todo o período entre-guerras. A campanha contra a insurreição foi incitada e auxiliada pelo *Ishuv*, os judeus provendo em maioria os pelotões da morte de Charles Wingate. Quando eclodiu a II Guerra, o imperialismo britânico havia quebrado a espinha da sociedade política palestina, limpando o caminho para o triunfo do sionismo no pós-guerra.

3

Abrigados sob o Império britânico, os colonizadores judeus nunca estiveram completamente em harmonia com ele. Atritos entre colonos além-mar e suas bases metropolitanas são uma constante na história colonial, desde a Festa do Chá de Boston e o *cabildo* de Buenos Aires até Ian Smith e a Organização dos Estados Americanos⁴. À diferença de qualquer outra, a relação do *Ishuv* com Whitehall era desprovida de laços sentimentais consangüíneos ou culturais. Apesar da anglofilia dos negociadores em Londres, como Chaim Weizmann, para os pragmáticos líderes da comunidade de colonos o pacto entre o colonialismo britânico e o nacionalismo judeu era puramente instrumental⁵. Tensões sobrevieram assim que Londres, buscando abrandar o descontentamento árabe, tentou restringir a imigração judia em meio ao recrudescimento da perseguição nazista na Alemanha. Mas a II Guerra ofereceu uma oportunidade ao braço armado do sionismo trabalhista *mainstream* de obter experiência e equipamentos militares sob o comando britânico, bem como de assegurar o apoio de Churchill a um Estado judeu independente na Palestina quando as hostilidades terminassem⁶. A ala mais radical e mais diminuta do sionismo, o Irgun, liderado por Begin, não esperou porém pela paz, deflagrando uma insurreição contra a Grã-Bretanha em 1944, o que despeitou a fúria de Ben Gurion, cujas forças colaboraram com

(4) Isso foi apontado há muito tempo por Maxime Rodinson em *Israel: a colonial-settler State?* (Nova York: 1973, Pp. 64-65).

(5) Breves comentários acerca do alcance da compreensão de Weizmann sobre os ingleses encontram-se em Vital, David. *Zionism: the crucial phase*. Oxford: 1987, p. 163. O autor nota que Jabotinsky era menos sentimental e mais perspicaz (p. 365).

(6) O persistente sionismo de Churchill baseava-se em convicções mais raciais que religiosas. Ele expressou claramente suas crenças darwinistas para a Comissão Peel em 1937, comparando os árabes palestinos ao proverbial simbolismo do egoísmo invejoso no mundo animal: "Não concordo com que o 'cão na manjedoura' [a expressão vem da fábula homônima de Esopo] tenha o direito final à manjedoura, mesmo que tenha se deitado lá por muito tempo. Não admito esse direito. Não admito, por exemplo, que uma grande injustiça tenha sido cometida contra os índios da América ou o povo negro da Austrália. Não admito [isso] por força de que uma raça mais forte, uma raça mais graduada, uma raça com mais saber secular, digamos assim, tenha ali chegado e tomado o lugar deles" (apud Gilbert, Martin. *Winston S. Churchill*. Boston: 1983, vol. 5, parte 3, p. 616).

os britânicos para dominá-la. A continuação dos controles da imigração depois de 1945, quando a cabal iniquidade do destino dos judeus europeus sob os nazistas veio a lume, forçou o Haganá a aderir à estratégia do Irgun. Por um ano a Grã-Bretanha se confrontou com uma desenfreada revolta de colonos, e embora o sionismo trabalhista, intimidado por adversões britânicas, conclamasse o fim das contendas em agosto de 1946, o Irgun e o LHI não as relaxaram. Na primavera de 1947 a Grã-Bretanha entregou seu mandato às Nações Unidas.

4

Então como agora, por Nações Unidas leia-se Estados Unidos. Em 1947 o controle norte-americano sobre a organização em Nova York, embora menos absoluto que hoje, era suficiente para determinar o efeito de suas deliberações na Palestina. Em Washington, Truman era um convicto sionista cristão. Uma comissão de inquérito encabeçada por um juiz sueco, tendo Ralph Bunche ao seu lado e grampeada por microfones sionistas, relatou que a Palestina deveria ser dividida. Os judeus, com 35% da população local, deveriam receber 55% da terra, e os árabes, com 65% da população, 45%; dentro do Estado judeu proposto haveria virtualmente tanto árabes quanto judeus, e dentro do Estado árabe, virtualmente nenhum judeu — proporções justificadas a pretexto do que se poderia esperar das futuras imigrações a Israel para estabelecer uma decisiva maioria no território alocado aos judeus. Indubitavelmente impressionada com a campanha antiimperialista do Irgun, a União Soviética, que poderia sozinha ter bloqueado essas disposições, endossou-as — eis o serviço essencial prestado ao sionismo pelos incansáveis ataques de Begin à Grã-Bretanha. Resistências ao plano, generalizadas entre países pequenos das Nações Unidas, foram vencidas por subornos e chantagens dos Estados Unidos, a fim de assegurar o requisito de dois terços de votos na Assembléia Geral⁷. Truman, o arquiteto da façanha, denominou-se com todo o direito como o *Ciro moderno*.

A chegada das notícias sobre a resolução das Nações Unidas desencadeou um levante palestino espontâneo que foi esmagado em seis meses pelo *Ishuv* enquanto forças britânicas apertavam o cerco, assegurando que nenhum exército árabe interviesse. Com a partida dos britânicos foi declarado o Estado de Israel, e exércitos árabes avançaram tardiamente. Inferiorizados em número e em armamento pelas Forças de Defesa de Israel (FDI), foram desbaratados no início de 1949 — com uma exceção, a condição do triunfo judeu. O real plano de partição precedera o fictício. Doze dias antes da resolução das Nações Unidas, a liderança sionista ofereceu um acordo secreto ao Reino Hashemita da Jordânia, concedendo-lhe a Cisjordânia em troca de poder ilimitado no restante da região, uma vez que ambas as partes estavam determinadas a se antecipar a qualquer possibilidade de um Estado palestino⁸. A Jordânia era um Estado-cliente da Grã-Bretanha, que deu seu

(7) Entre outras sutis estocadas, a Libéria — originalmente outro Estado-colônia criado por iniciativa dos Estados Unidos — foi avisada que ficaria de joelhos com um embargo da borracha se ousasse votar contra o plano norte-americano. Os juizes da Suprema Corte Murphy e Frankfurter — nada menos — puseram Filipinas sob os seus calcanhares. Bernard Baruch foi designado para ameaçar a França de que todo auxílio americano seria cortado se ela votasse contra a partição. O embaixador cubano relatou que um país latino-americano — possivelmente a própria Cuba, tomada como alvo prioritário por Truman alguns dias antes ("Cuba ainda não está no jogo") — recebeu US\$ 75 mil por seu voto. Ver Cohen, Michael. *Palestine and the great powers — 1945-48*. Princeton: 1982, pp. 294-299. O autor nota que as simpatias geradas pelo judeocídio não foram suficientes para a aprovação da resolução das Nações Unidas: "graças a fatores mais mundanos é que os necessários votos extras foram obtidos na última hora".

(8) Ver o balanço de Avi Shlaim em *Collusion across the Jordan: King Abdullah, the Zionist movement and the partition of Palestine* (Nova York: 1988, pp. 110-116). Abdullah cobrou por seu conluio em dinheiro, depois de advertir a um emissário da Agência Judaica que "quem queira ficar bêbado não deve ficar contando as garrafas", ou seja, nos termos de Shlaim (pp. 78-82), "aquele que quer um Estado tem de fazer os investimentos necessários".

assentimento ao acordo. Quando o confronto irrompeu, o rei Abdullah de pronto abocanhou sua presa e deixou que seus aliados se arranjassem por si. Israel emergiu da guerra em posse de um território muito maior do que o estipulado pelas Nações Unidas, enquanto a Jordânia anexou a porção a oeste do rio Jordão.

5

No decorrer das duas ondas de conflito entre novembro de 1947 e março de 1949, mas sobretudo na primeira, mais da metade da população árabe — cerca de 700 mil pessoas — foi expulsa da Palestina por ataques judeus. Desde meados dos anos 1930 o sionismo tacitamente presumira a limpeza dos árabes de sua terra eleita por despejo à força, já que a presença destes era incompatível com o almejado Estado nacional homogêneo, e desde então estava claro que não havia possibilidade de comprar a parte deles. Extra-oficialmente os líderes sionistas não dissimulavam essa lógica⁹. Quando a chance apareceu, eles a aproveitaram. Debandadas árabes locais os favoreceram, mas o medo que as impeliu foi produto das matanças e expulsões na guerra deflagrada pelos altos comandos sionistas, na qual massacre, pilhagem e intimidação foram instrumentos políticos para espalhar o terror na população-alvo. A Guerra da Independência desencadeou uma operação de limpeza étnica em massa, na qual Israel, já como Estado, se estribara desde sempre. As expulsões foram conduzidas nas típicas condições de *Nacht und Nebel* ["noite e névoa"] — operações militares na obscuridade —, sob as quais muitos de tais crimes foram cometidos no século XX. Uma variada série de eufemismos — desconstruídos por Gabriel Piterberg¹⁰ — foi forjada pelos vitoriosos para mascarar o destino dos palestinos. A limpeza não se aplicou somente a pessoas: terras e propriedades foram espoliadas com uma rapidez e a uma escala jamais vistas na história colonial. No início de 1947 os judeus possuíam 7% das terras da Palestina, e no fim de 1950 tinham apropriado 92% da terra dentro do novo Estado — espólio que incluiu casas e edifícios de todo tipo¹¹. Remanesceram cerca de 160 mil árabes como refugiados internos em Israel.

Em escala de terror, a *Nakba* não é comparável à *Shoah*. A exterminação nazista dos judeus na Europa foi uma iniquidade de ordem diversa, mas a desproporção entre esses eventos tem sido tradicionalmente usada para justificar, ou atenuar, a expulsão de palestinos em que se baseou a fundação de Israel. Até hoje o manto do judeocídio recobre as ações do Estado sionista aos olhos não só da população israelense ou dos judeus da diáspora, mas da opinião pública ocidental em geral. Historicamente, porém, houve pouca ou nenhuma conexão entre uma coisa e outra. Em 1947 os combatentes do Haganá e do Irgun estavam bem conscientes do que havia acontecido aos judeus capturados na Europa nazista, mas não teriam agido de outra forma nem mesmo que cada compatriota seu tivesse sido salvo. Os objetivos

(9) Intenções privadas e pronunciamentos públicos discrepavam desde o início. Já em 1895 Herzl registrava em seu diário: "Devemos tentar estimular a população miserável ao longo da fronteira a obter emprego nos países de passagem, e ao mesmo tempo negar-lhe qualquer emprego em nosso país [...]. Tanto o processo de expropriação quanto o de remoção dos pobres precisa ser conduzido discreta e circunspectamente". Em 1938, Ben Gurion disse à Agência Executiva Judia que não via nada de errado na ideia de "remoção compulsória" da população árabe, argumentando que era "favorável à partilha do país porque quando nos tornarmos um poder forte, depois do estabelecimento do Estado, aboliremos a partilha e dispersaremos completamente todos os palestinos". Em 1944 ele advertia a seus correligionários que seria inoportuno discutir a "remoção" abertamente, "porque isso [nos] causaria danos perante a opinião pública mundial", dando "a impressão de que não há espaço na Palestina sem a expulsão dos árabes" e assim compelindo-os a "armar o bote". Eliahu Dobkin, um cor-religionário do Mapai, acrescentou sem cerimônia: "Haverá no país uma ampla minoria [árabe] que precisará ser expulsa. Não há lugar para as nossas inibições internas [nesse assunto]" (ver Morris, Benny. "Revisiting the Palestinian exodus of 1948". In: Rogan e Shlaim (eds.). *The war for Palestine. Rewriting the history of 1948*. Cambridge: 2001, pp. 41-47).

(10) Piterberg, Gabriel. "Erasures". *New Left Review*, n° 10, jul.-ago./2001.

(11) Kimmerling, Baruch. *Zionism and territory: the socio-territorial dimension of Zionist politics*. Berkeley: 1983, p. 143.

(12) Ver Morris, Benny. *Righteous victims: a history of the Zionist-Arab conflict, 1881-1999*. Londres: 1999, p. 62. Ben Gurion fez esse comentário em 1938, um mês depois da Noite dos Cristais.

sionistas estavam bem estabelecidos antes que Hitler subisse ao poder, e não foram alterados por ele. Ben Gurion disse certa vez que estava disposto a sacrificar a vida de metade das crianças judias da Alemanha, se tal fosse o preço para trazer a outra metade para a Palestina, em lugar de levá-las todas a salvo para a Inglaterra¹². Em muito menor conta estava o destino dos árabes, crianças ou adultos. A meta de um Estado nacional judeu no Oriente Médio não admitia outra solução que não aquela efetivada à força pela *Nakba*. O judeocídio serviu de pretexto ou atenuação após o evento, mas não teve relação imediata com o desenlace. Na Europa e na América, carreou a simpatia externa para a guerra de independência sionista, mas isso jamais foi um fator decisivo em sua consecução.

Todos os nacionalismos étnicos — e todo nacionalismo é em alguma medida étnico — contêm sementes de violência potencial contra outras nacionalidades. Situações históricas, e não traços culturais diferentes, é que determinam se elas produzirão frutos. O nacionalismo judeu nasceu de uma combinação de desespero pela desterritorialização e de prerrogativas socio-políticas. Como muitos movimentos nacionais, mobilizou altos ideais e devotada coragem entre seus adeptos, mas para alcançar os fins que a outros, em posições mais afortunadas, sobrevieram por meios relativamente mais fáceis ou pacíficos, só mesmo mediante conluio colonial e espoliação violenta. Para tanto, o sionismo precisava de quadros de índole implacável, e os formou devidamente. Na galeria dos nacionalismos modernos, ele figura no extremo de um espectro de crueldade, acompanhado de muitos outros. Não há motivo para enaltecer seu êxito, que dependeu amplamente do poder imperialista, nem tampouco para ataviar sua conduta, cujas consequências supuram até hoje. Os sionistas não foram invulgares na persecução de sua meta. Foram ordinários limpadores.

6

O Estado que emergiu da vitória sionista foi menos ordinário. Juridicamente, Israel tornou-se uma república baseada em sangue e fé — critérios confessionais e biológicos combinando-se para definir como cidadãos efetivos ou potenciais, com plenos direitos, os indivíduos ou nascidos de mãe judia ou com legítima fé mosaica, independentemente de localização geográfica. A Lei do Retorno garantiu residência em Israel a qualquer um que preenchesse esses requisitos étnico-teológicos, ao passo que foi interdito qualquer retorno de refugiados palestinos a seus lares. Mais de cinco milhões de imigrantes judeus foram absorvidos em Israel nos cinquenta anos seguintes, enquanto os árabes foram reduzidos a um *status* permanentemente inferior: a eles foi vedado direito de adquirir terra ou propriedade judia, de entrar para as forças armadas ou de se organizar sem restrições políticas. O Estado sionista manteve 90% da terra sob sua custódia direta ou indireta, enquanto o braço sindical do dominante Partido Trabalhista passou

a controlar um complexo de empresas — bancos, fábricas, serviços —, empregando cerca de um quarto da força de trabalho. Os gastos militares israelenses foram por muito tempo os mais altos do mundo, alcançando 25% a 40% do PIB e permitindo em pouco tempo a acumulação de um arsenal nuclear.

A expansão em seis vezes da população judia de Israel e a criação de uma nova comunidade lingüística a partir de chegadas abundantes e as mais díspares constituíram, sob qualquer medida, notáveis proezas de engenharia social. Em represália pela derrota de 1948-49, sucessivos Estados árabes perseguiram ou expeliram suas comunidades judias, às quais Israel generosamente ofereceu abrigo e acolhida, num eloqüente contraste com o destino dos refugiados palestinos em terras árabes. Com o colapso da União Soviética, outra grande onda de imigrantes foi triunfantemente assimilada. Foram conquistas de alto escopo, mas economicamente essa estrutura se viabilizou tão-somente em virtude de enormes subvenções do estrangeiro. Por trinta anos depois da Independência, os impostos domésticos jamais chegaram perto de cobrir os gastos oficiais¹³. A Agência Judaica injetou rios de dinheiro desde a diáspora e a Alemanha Ocidental forneceu reparações em larga escala, mas essas fontes jamais terão sido suficientes para manter a solvência de Israel. Foram os Estados Unidos que tornaram possível a fortaleza sionista.

Embora pareça não haver um cômputo acurado sobre o valor acumulado das transferências de capital unilaterais do Estado americano, muitas delas camufladas em brenhas de provisões técnicas, restam poucas dúvidas de que "nos anais da história da humanidade" — como escreveu Avi Shlaim acerca da década de 1990 — "nunca tão poucos deveram de tal maneira a tantos"¹⁴. Na linguagem mais técnica de dois outros analistas leais, Israel tem sido um "Estado rentista"¹⁵. A consolidação e a expansão do país dependeram completamente de um imenso fluxo de armas e fundos de Washington. Com efeito, o bastão imperialista que o Reino Unido largou em 1948 passou às mãos dos Estados Unidos. Desde então o sionismo tem-se fiado na carapaça do poder americano, como antes sob os britânicos.

A força e a profundidade dessa relação são no entanto de outra ordem. Não só os Estados Unidos são incomparavelmente mais ricos e poderosos do que a Grã-Bretanha jamais fora em seu apogeu — para não falar nos anos de declínio do entre-guerras —, como a comunidade judaica do país, que por esforços próprios tornou-se o mais bem-sucedido grupo de imigrantes ali, exerce uma influência no Estado muito além dos sonhos de qualquer judeu-europeu do passado. Entranhado nos negócios, no governo e na mídia, o sionismo norte-americano adquiriu, desde os anos 1960, peso firme na alavanca da opinião pública e da política oficial para Israel, o qual só se afrouxou em raríssimas ocasiões. Taxonomicamente, os colonos enfim obtiveram algo como o Estado metropolitano — ou Estado dentro de um Estado — que inicialmente lhes faltava. Reciprocamente, Israel atuou como um confiável mandatário dos Estados Unidos em mais de uma operação regional. O vigor desse alinhamento cresceu a cada década, e nos anos 1990 triplicou o fluxo

(13) Por exemplo, os gastos públicos totais excederam 70% do PIB em cada ano entre 1980 e 1985. "As tributações não podem financiar sozinhas tal magnitude de gastos, mas graças à ajuda norte-americana e a outras fontes estrangeiras não-debitadas isso não é realmente necessário. Em 1982, quando da Guerra do Líbano, mobilizaram-se recursos estrangeiros suficientes para permitir ao governo dispor 71,5% do PIB em gastos públicos, com apenas 56,6% em finanças domésticas" (Plessner, Yakir. *The political economy of Israel*. Albany: 1994, p. 177).

(14) Shlaim, Avi. *The iron wall — Israel and the Arab world*. Londres: 2000, p. 487.

(15) Shafir, Gershom e Peled, Yoav. "Introduction: the socio-economic liberalization of Israel". In: Gershom e Peled (eds.). *The new Israel—peacemaking and liberalization*. Boulder: 2000, p. 6. "Nos anos recentes, fundos externos na forma de concessões, subvenções e transferências não-retribuíveis totalizaram cerca de US\$ 6 bilhões anuais", de acordo com o *Economist Intelligence Country Report—Israel 2000*. Além dessa liberalidade *ex gratia*, nota-se que um "ativo vital para a economia israelense tem sido a estreita aliança do país com os Estados Unidos, que têm concedido aos governos israelenses acesso a créditos oficiais de longo prazo e, sob o guarda-chuva de garantias oficiais, ao mercado de títulos norte-americano" (p. 37).

de subsídios norte-americanos para Israel. Não há ilustração mais exata da intimidade dessa relação do que o magnífico decreto de Clinton no apagar das luzes de seu governo, o qual, entre outros tantos indultos oportunos, beneficiou o escroque Marc Rich, foragido em Jerusalém, em troca de uma compensação financeira, mediante o pedido urgente e pessoal do premiê e do ministro das Relações Exteriores de Israel, secundado pelo prefeito de Jerusalém e pelo ex-chefe do Mossad.

7

A criação de Israel sacudiu o mundo árabe, contribuindo para a ascensão de um novo e mais veemente nacionalismo no Egito, Síria e Iraque no decurso dos anos 1950. Vendo isso logicamente como uma potencial ameaça, o sionismo trabalhista conspirou com a França, então engajada na Guerra da Argélia, e a Grã-Bretanha, contrariada com a nacionalização do Canal de Suez, para lançar um ataque tripartite ao Egito em 1956. Consciente do perigo de jogar Nasser nos braços da União Soviética e irritado com a falta de consulta aos Estados Unidos, Eisenhower deteve o assalto. A lição foi aprendida. Onze anos depois, desta vez tendo pedido a bênção americana, Israel obliterou a força aérea egípcia, tomou o Sinai e as colinas de Golã, anexou Jerusalém oriental e ocupou a Cisjordânia e Gaza, numa *blitz* de ocupação de seis dias. Uma tentativa de contra-ataque árabe em 1973 foi frustrada por maciças mobilizações militares americanas por mar e ar, caça-bombardeiros e desembarque de tropas e tanques. Seis anos depois, aquiescendo a induções americanas, o Egito abandonou aliados e palestinos à própria sorte, assinando um tratado de paz em separado para recuperar o Sinai. Livre de perigos no sul, Israel voltou a atacar no norte, invadindo o Líbano em 1982 para destruir bases palestinas e tomar uma zona de segurança.

Em 1967 Isaac Deutscher ressaltou que Israel embarcara numa empreitada de *sich totsiegen* — triunfo até a morte¹⁶. Seguiram-se vitórias uma após a outra, com poucos sinais de morte. Mas um entrave persistiu. A conquista da Cisjordânia e de Gaza deixara mais de um milhão e meio de palestinos sob ocupação militar israelense: demasiados para digerir como subcidadãos ao estilo 1950 ou para expelir como refugiados ao estilo 1948, na ausência de uma guerra mais prolongada. A *Blitzkrieg* de 1967 foi muito rápida para uma limpeza de porte — naqueles poucos dias, apenas 120 mil árabes foram sujeitos a "remoção retroativa", o que de modo algum foi suficiente para alterar a demografia negativa na Judéia e na Samária. Em sentido restrito, Deutscher estava certo. A elite israelense se dividiu acerca das conseqüências. O sionismo trabalhista — que em 1949 estivera a ponto de atender as instâncias de Ben Gurion para anexar prontamente a Cisjordânia, mas vacilou e deixou passar a ocasião — adotou então a perspectiva de que o regime Hashemita na Jordânia, tão prestativo quanto se poderia esperar de um bom vizinho, ainda era a melhor aposta para cuidar daquela zona, como

(16) Deutscher, Isaac. "The Arab-Israeli conflict". *New Left Review*, n° 44 (série antiga), jul.-ago./1967, pp. 30-45.

um gendarme contratual. O Likud se aferrou à noção de que *Eretz Israel* [Terra de Israel] incluía por definição a Judéia e a Samária. A primeira opção foi descartada quando a Jordânia abriu mão de suas demandas pela Margem Ocidental e aceitou uma identidade nacional palestina. A segunda só poderia se concretizar no caso de outra grande conflagração, com subseqüentes ondas de expulsão, o que não estava no horizonte imediato. O resultado foi um impasse estratégico. Nesse ínterim, ambos os lados recuaram a um programa de incremento dos assentamentos judeus nos territórios ocupados, para demarcar e comprimir a área de habitação palestina num gradual torniquete, à espera de uma resolução mais definitiva.

8

Vinte anos de ocupação militar e de usurpação de colonos acabaram no entanto por inflamar a resistência popular. A intifada que estourou em dezembro de 1987 começou como um movimento de resistência civil espontâneo e desarmado da população palestina em Gaza e na Cisjordânia, seguido de confrontos com armas desiguais — em geral pedras, varas e facas contra fuzis e metralhadoras. O levante marcou a emergência de uma nova geração de jovens nos territórios ocupados, em meio ao despertar de uma ampla consciência nacional. O controle de Israel sobre suas conquistas jamais foi realmente ameaçado, mas tampouco a repressão israelense foi capaz de estancar a revolta. A intifada terminou com as vitórias norte-americanas na Guerra Fria e na Guerra do Golfo. Com o colapso da União Soviética e desbaratado o último Estado do Oriente Médio capaz de oposição a Washington, a causa palestina ficou isolada e a diplomacia americana desimpedida para ordenar um tradicional bolsão de instabilidade. A Conferência de Madri e os Tratados de Oslo foram os equivalentes locais da extensão da Otan para a Europa Oriental e a guerra nos Bálcãs: tratava-se de costurar os rasgos deixados por um abalo global.

Para tanto, duas condições eram iniludíveis: a co-iniciativa de Israel e a anuência palestina. A segunda era mais fácil de obter. Arafat, depois de aclamar Saddam, logo estava de joelhos perante Clinton. Um dos líderes mais incompetentes que um movimento nacionalista jamais produziu, Washington teve poucas dificuldades em lisonjeá-lo com o papel a ele designado na solução. Envaidecido com as atenções da Casa Branca, Arafat foi mais ou menos manobrável desde o princípio. Mais difícil foi persuadir Israel, renitente desde a época de Peres como primeiro-ministro. Mas quando o Partido Trabalhista reconquistou a supremacia em Jerusalém, Rabin e Peres — prevenidos pela Inteligência israelense de que Arafat representava agora a melhor chance de controlar Gaza e a Cisjordânia à distância — ficaram prontos a ir adiante. O resultado foram os Acordos de Oslo de 1993 e 1995, com mútuo reconhecimento simbólico de Israel e da OLP, retirada parcial das FDI de Gaza e de algumas áreas da Cisjordânia e constituição de uma Autoridade

Palestina "autogovernante", em troca do compromisso de Arafat de sofrer quaisquer ataques contra a ocupação israelense. Tal deveria ser o início de um "processo de paz" que levaria no porvir a um indeterminado acordo final, irrigado nesse ínterim por generosas dotações euro-americanas à Autoridade Palestina e por uma cooperação entre seus serviços de segurança e o Mossad, sob a regulação da CIA. Esse era o caminho mais curto — expressou Arafat a seu povo — para um Estado palestino independente.

9

Raramente um pacto internacional foi saudado com tanta unanimidade como os Acordos de Oslo: históricos apertos de mão nos jardins da Casa Branca, Prêmio Nobel para todos os participantes, uma avalanche de comentários congratulatórios ou autocongratulatórios em artigos e livros no mundo todo. Ao rés dos fatos, porém, as coisas eram bem diferentes. Desde o princípio, escreveu Benny Morris, "como todas as ocupações, a israelense foi fundada em força bruta, repressão e medo, colaboração e traição, espancamentos e câmaras de tortura, intimidação, humilhação e manipulação diárias"¹⁷. O advento do "processo de paz" não alterou nada disso. Que mudanças ele trouxe? Passados oito anos, as FDI permanecem no absoluto controle de 60% da Cisjordânia e "compartilham" o controle de outros 27%; um novo complexo de estradas exclusivas para israelenses, construídas em terras confiscadas, divide e cerca os residuais enclaves sob autoridade palestina; o número de colonos judeus, que monopolizam 80% de toda a água nos territórios ocupados, virtualmente dobrou; a renda *per capita* da população palestina caiu em um quarto nos primeiros cinco anos depois dos Tratados, e desde então tem minguado ainda mais. A esses tormentos se somaram a tirania e a corrupção do "Estado policial sem Estado"¹⁸ encabeçado por Arafat naquelas áreas onde obteve concessão para oprimir seus compatriotas por Israel.

Nessas condições, nada mais certo que contínuos atos de rebelião popular recrudescessem à margem de um desacreditado *establishment* colaboracionista. Ataques de islâmicos radicais a alvos israelenses se multiplicaram a partir de meados dos anos 1990. Para frear esse ímpeto, o regime trabalhista de Barak tentou empurrar Arafat a um acordo amplo e definitivo, concedendo-lhe independência nominal e uma cadeira na ONU em troca da anexação israelense de seus assentamentos na Cisjordânia e em Jerusalém, controle estratégico de todos os territórios sob bandeira palestina e o sepultamento de qualquer direito aos refugiados de recuperar seus lares em Israel. Receando a escalada da oposição a tamanha capitulação — que significaria abandonar qualquer pretensão de um retorno até mesmo às fronteiras de 1967 — e temendo pelo seu próprio futuro se subscrevesse o acordo, Arafat o frustrou no último minuto. Dois meses depois, a segunda intifada explodiu. Dessa vez o levante teve um decurso muito mais violento, com uma base bem

(17) Morris, *Righteous victims...*, loc. cit., p. 341.

(18) Fórmula cunhada por Beverley Milton-Edwards ("Internal security and citizenship under the Palestinian National Authority". In: Butenshon, Nils, Davis, Uri e Hassassian, Manuel (eds.). *Citizenship and the State in the Middle East*. Nova York: 2000, p. 354). O mais vigoroso balanço geral da situação nos territórios ocupados é o de Edward Said: "Palestinians under siege". *London Review of Books*, 14/12/2000. Ver também o impressionante sumário de Allegra Pacheco: "The Oslo process, unfair and unreal, was never going to work". *International Herald Tribune*, 06/10/2000.

mais ampla, atraindo, além de militantes fundamentalistas, facções dissidentes da Al-Fatah e segmentos do próprio aparato da Autoridade Palestina. Mas a correlação de forças não mudou. Se desimpedidas de quaisquer amarras, as FDI poderiam ter decapitado a resistência a qualquer momento.

10

A crítica mais corajosa e lúcida já feita acerca dos Acordos de Oslo é a de Edward Said. *O fim do processo de paz: Oslo e depois*, que reúne escritos sobre seu país natal nos último cinco anos, é um livro profético¹⁹. Combina um repúdio absoluto às hipocrisias e falseamentos que revestiram arranjos voltados a acomodar os palestinos à sua própria submissão com uma completa revogação dos floreios vazios da retórica sobre compensação ou retribuição que tipicamente acompanharam a oposição a eles. A principal conclusão política que Said extrai da história recente apóia-se numa analogia com a África do Sul. Ele nota que o Congresso Nacional Sul-Africano foi totalmente batido no campo de batalha interno, sua organização sendo quase destruída dentro do país, mas com uma consistente campanha no exterior foi capaz de deslegitimar e isolar moralmente o regime *apartheid* a tal ponto que os próprios brancos sul-africanos — então sujeitos a todo tipo de boicote internacional — vieram a solicitar negociações e acabaram por desmantelar seu próprio aparato de dominação. Assim também, argumenta Said, deveria proceder a resistência palestina "para promover paridade entre nós e os israelenses, que nos sobrepujaram ao extremo de fazer da dimensão moral nosso único campo de batalha"²⁰. Para ele, a principal fraqueza estratégica da causa palestina é a persistente incapacidade da OLP em elucidar ao público do Ocidente a realidade da ocupação israelense, tal como fez o CNA por anos a fio até o êxito.

A força do argumento se apoia na discrepância — certamente gritante — entre as habilidades persuasivas dos dois movimentos, bem como na ilustração instigante da própria argüição de Said. Suas limitações dizem respeito à diferença estrutural entre as situações objetivas dos oprimidos nos Estados coloniais da África do Sul e de Israel. O regime de minoria africâner virtualmente não tinha sustentação metropolitana: desdenhado na Holanda, o máximo com que podia contar em qualquer outra parte no Ocidente era obter benevolência executiva ou burocrática entre quatro paredes. Nenhum político fora da África do Sul podia abraçar abertamente o *apartheid*. Nos Estados Unidos, além do mais, um vasto eleitorado se identificou imediata e apaixonadamente com a maioria negra sul-africana. Os afro-americanos representaram uma incontornável pressão contra Pretória dentro do sistema político americano, mesmo sob o mais reacionário dos governos. A posição da causa palestina é justamente o inverso²¹. Embora haja um contingente expressivo de imigrantes árabes nos Estados Unidos hoje, eles são em sua maioria trabalhadores — pobres, fragmentados e marginalizados dentro da

(19) Said, Edward. *The end of the peace process: Oslo and after*. Londres: 2000.

(20) Ibidem, pp. 195-199.

(21) As possibilidades objetivas desses movimentos de atrair a opinião pública do Ocidente são aqui os termos de comparação. As diferenças estruturais entre as respectivas situações de opressão são decerto ainda mais pertinentes. Em virtude da sua exploração como principal força de trabalho do país, a classe trabalhadora sul-africana era indispensável para o regime *apartheid*, o que lhe concedeu um elementar peso histórico que, em contraste, jamais coube aos palestinos, excluídos do mercado de trabalho israelense. As consequências políticas desse contraste são exploradas no impressionante estudo comparativo de Mona Younis, *Liberation and democratization: the South African and Palestinian national movements* (Minneapolis: 2000), um trabalho fundamental para a compreensão da situação atual.

hierarquia social. Já Israel — cuja população ali corresponde a mais que o dobro daquela da Cisjordânia e de Gaza — conta com a ampla lealdade da classe média judia nos Estados Unidos e com simpatias disseminadas ao longo de todo o espectro político na Europa. Mesmo com o melhor apoio moral do mundo, há poucas chances de que se reproduza o cenário sul-africano no Oriente Médio. Esforços para isolar Israel e estender a solidariedade à causa palestina permanecem mais do que nunca necessários, mas é ilusão crer que a opinião internacional por si só teria muito impacto direto no sionismo. Há situações históricas em que a força do argumento moral pode ser decisiva, como o demonstraram a abolição do trato escravista ou a queda do *apartheid*, mas isso requer uma relativa ausência dos poderosos interesses materiais que comumente determinam as lutas políticas, ou até mesmo um equilíbrio entre eles, e no Oriente Médio nenhuma dessas condições é palpável hoje em dia.

11

Tudo isso não significa dizer que não haja rachaduras num consenso complacente, e o próprio Said chamou a atenção para uma delas. Nos Estados Unidos as críticas a Israel são, nas palavras dele, "o último tabu": muito mais raras e arriscadas do que as críticas ao próprio país²². O sionismo norte-americano tem tido pouca dificuldade em reprimir dissidentes mais perigosos, automaticamente tachados de "autodepreciativos", caso judeus, ou de "anti-semitas", caso gentios. Na Europa há maior diversidade de opiniões, mas em parâmetros ainda tipicamente restritos. Para a nata da *intelligentsia* judia em geral — seja na perspectiva conservadora, liberal ou social-democrata — a memória do genocídio nazista isola Israel de tudo o que vá além das recorrentes apreensões ou consternações, de toda e qualquer conjuntura crítica. As reações à Guerra do Golfo podem ser tomadas como o teste Rorschach dessa sensibilidade. O infortúnio do destino dos palestinos é deplorado por todos, mas aqueles dispostos a falar francamente do "processo de paz" podem ser contados nos dedos de uma só mão.

É deveras em Israel, aponta Said, que se podem ouvir verdades domésticas que na diáspora são consideradas blasfêmias. É lá que a dinâmica colonial do sionismo tem sido mais profundamente perscrutada; os mecanismos e a escalada das expulsões de palestinos, documentados; o conluio com sucessivos poderes imperiais, evidenciado; a sanção legal da tortura, contestada; a natureza confessional do Estado, denunciada. É no *Ha'aretz* — e não no *New York Times*, no *Guardian*, no *Le Monde* ou no *La Repubblica* — que a Lei do Retorno tem sido abertamente comparada com o Código de Nuremberg. A emergência ali de um "pós-sionismo"²³ entre intelectuais e alguns setores da opinião pública é um dos mais auspiciosos avanços dos anos recentes. O contexto em que isso vem ocorrendo, porém, é uma advertência contra qualquer otimismo exacerbado.

(22) Said, Edward. "America's last taboo". *New Left Review*, n° 6, nov.dez./2000, pp. 45-53.

(23) Embora vago e de certa forma equívoco, o termo "pós-sionismo" diz respeito essencialmente à rejeição à mitologia oficial do Estado israelense e a um compromisso com a verdade histórica, quaisquer sejam seus efeitos para a história da emancipação nacional. Isso não necessariamente implica rompimento político com o sionismo — o que significa apoio convencional ao real Estado judeu no Oriente Médio. No rol do pós-sionismo há uma corrente de opinião que aceita o *status quo* em Israel; críticos radicais ainda são uma minoria. Para um apanhado sobre essas posições, ver Silberstein, Laurence. *The Postzionism debates*. Londres: 1999.

Desde os anos 1990 a cena política israelense vem se assemelhando cada vez mais à americana, se bem que com alguns retoques europeus. Economicamente, o neoliberalismo removeu muitas das tradicionais balizas estabelecidas nos anos 1950, quando o Trabalho rivalizava com o Likud, e freqüentemente as ultrapassou, em prol da desregulação e das privatizações. A peça central do império industrial da Histadrut, a maior corporação de Israel, foi abocanhada e revendida por Disney; a rede pública de saúde foi desmantelada sob Rabin; o maior banco do país, antes também uma instituição da Histadrut, foi privatizado por Netanyahu; e o governo Sharon está preparando planos para privatizar terras — naturalmente, só para judeus e para estrangeiros convenientes. No espaço de uma década a participação do setor público no PIB caiu de mais da metade para pouco mais de um terço, e nos investimentos, de 85% para 15%. Na Israel de hoje os gastos sociais são mais baixos que nos Estados Unidos. O país tornou-se uma das duas sociedades mais desiguais do mundo capitalista avançado²⁴.

Como nos Estados Unidos, a convergência — muitas vezes a ponto da intercambialidade — entre os dois maiores partidos em matérias econômicas e sociais coexiste com bases eleitorais marcadamente divergentes e perfis ideológicos contrastantes. As nuances na sua devoção ao capitalismo são meramente condimentares²⁵. Num grau bem maior que nos Estados Unidos, quanto mais similares as políticas substantivas, mais estridentes as diferenças secundárias. Tal como entre democratas e republicanos, entre os trabalhistas e o Likud uma *kulturkampf* absolutamente desproporcional às contradições reais mobiliza as paixões partidárias, como que dissimulando aos próprios adversários a profunda unidade entre eles. Numa dimensão ainda maior, a grande massa do mundo acadêmico e da *intelligentsia* forma um campo *bien-pensant* de "centro-esquerda"²⁶, mas numa cultura popular dominada pelo comércio e pela religião a sua incidência política é igualmente insignificante.

No entanto, duas diferenças continuam a demarcar o caso israelense em relação ao modelo americano. O sistema de representação proporcional concede à pletera dos segmentos judaicos ter representações parlamentares próprias, o que normalmente os torna os árbitros de fato das coalizões no *Knesset*. Desta forma, o Likud tem menos lastro religioso que o Partido Republicano. E também tem um eleitorado muito menos abastado, já que seu principal apoio está entre os imigrantes sefarditas pobres do Norte da África e do Oriente Médio, desprezados pelos mais bem-educados ashkenazis da Europa Oriental, que formam a base tradicional do Partido Trabalhista. Há portanto um corte de classe entre os dois partidos israelenses que destoam do modelo americano. Os imigrantes russos, falcões em matéria de segurança mas igualmente anticlericais ferrenhos, são eleitores oscilantes. A configuração desse sistema foi sintetizada espiritualmente por um analista israelense:

(24) Ver Shafir e Peled (eds.), op. cit., pp. 111-112, 194, 223, 233-234.

(25) Yossi Beilin, o Peter Mandelson de Israel, que projetou os Acordos de Oslo, explanou recentemente: "Não penso que seja justo dizer que nós do Partido Trabalhista adotamos a via capitalista — somos social-democratas que adotamos uma Terceira Via similar àquela defendida por Anthony Giddens e modelada por Tony Blair" (entrevista a *Tikkun*, set.-out./2000). Em meio ao rebulício dos trabalhos de construção de novos assentamentos e estradas estratégicas na Cisjordânia, Barak achou tempo para distribuir cópias do livro de Giddens a todos os membros de seu gabinete.

(26) Para um espirituoso ataque ao *establishment* cultural israelense a partir da direita, ver *The Jewish State: the struggle for Israel's soul* (Londres: 2001), de Yoram Hazony, um dos assessores de Netanyahu, que oferece um retrato vívido do que ele vê como a *trahison des clercs* local: o esvaziamento da fé sionista entre os intelectuais do *mainstream* sob a influência desmoralizadora de uma minoria de filósofos e historiadores de formação alemã (Buber, Scholem, Prawer, Talmon etc.) que renegaram tal fé desde o princípio. As pitorescas deplorações de Hazony são bastante anódinas, mas soa verdadeira sua acusação mais ampla de um filistinismo geral, em que idéias de toda sorte são barateadas. A cultura tradicional do trabalho — uma mistura de machismo e sentimentalismo da qual uma figura como Amos Oz oferece uma típica personificação — faz pouco para desaprovar as críticas de Hazony, que não poupam Begin nem seus correligionários.

Os atores principais do atual drama sociopolítico em Israel são da direita: a direita socioeconômica liberal das classes altas capitalistas — chamada em Israel "a esquerda" — e a direita etno-religiosa fundamentalista das classes baixas trabalhadoras — chamada "o povo" ²⁷.

(27) Ram, Uri. "The Promised land of business opportunities: liberal post-Zionism in the global age". In: Shafir e Peled (eds.), op. cit., p. 236.

13

Tal o desalentador cenário em que hoje é debatido o futuro do sionismo. Nesse aspecto as diferenças entre os dois principais partidos, enraizadas no antigo antagonismo entre as tradições do trabalhismo e do revisionismo, permanecem substanciais — embora num viés tático. O sionismo trabalhista sempre contou com protetores estrangeiros de um ou outro tipo, dispondo-se a fazer ajustes de política para obsequiá-los. Sua perspectiva é pragmática: os nomes valem menos que as coisas. A tradição revisionista, com maior distinção intelectual, tem sido mais autoconfiante e menos flexível, e para ela os nomes ainda são indícios das coisas. Assim, os trabalhistas acreditam que concedendo aos palestinos um par de bantustões confinados aqui e ali entre soldados e colonos israelenses vão aplacar ansiedades em Washington e livrar-se de uma zona-problema para Israel a um módico custo real, enquanto o Likud, lembrando a história do próprio sionismo, crê que o apetite vem com o ato de comer, e que o que é mera nomenclatura hoje pode muito bem adquirir alguma realidade amanhã. Nenhum dos lados tem qualquer intenção de outorgar uma verdadeira soberania nacional aos palestinos. Confrontados com o real anseio popular na Cisjordânia e em Gaza, eles imediatamente cerram fileiras — daí o regime Sharon-Peres de hoje. Por trás disso, uma *union sacrée* de incredulidade e ultraje na rejeição às "concessões" israelenses em Camp David estende-se ao longo do espectro político.

14

É nesse contexto que se pode mensurar tanto a coragem quanto a pusilanimidade do "pós-sionismo" ²⁸. Já está amplamente reconhecido o notável alcance dos trabalhos de Benny Morris, Avi Shlaim, Gershom Shafir, Baruch Kimmerling e Tom Segev, que desmantelaram um a um os edifícios da mitologia sionista oficial. Mas a pesquisa destemida e o juízo não-comprometido que têm caracterizado as suas investigações sobre o passado refreiam-se inopinadamente no presente, tão logo se ponham questões políticas: leões na análise, esses autores são cordeiros prescritivos. Nenhum deles questionou Oslo seriamente, para não falar de Camp David. Mais de um derramou-se ante Barak. Nenhum propôs qualquer alternativa às hipocrisias do "processo de paz".

(28) Há uma corrente radical no pós-sionismo, a qual deve ser distinguida da dominante, que rejeita as premissas do próprio sionismo. Nem todos aqueles associados ao pós-sionismo aceitam o prefixo. O historiador Ilan Pappé prefere falar "a-sionismo". Sob a pressão dos eventos, mais diferenças políticas podem ser esperadas dentro do campo pós-sionista.

Qual poderia ser tal alternativa? Historicamente, havia uma corrente no *Ishuv* que argumentava que somente um Estado binacional, compartilhado de forma equânime por árabes e judeus, poderia trazer justiça à Palestina. Essa tradição não-sionista, encontrada principalmente entre judeus de origem alemã, tinha como reduto intelectual a Universidade Hebraica de Jerusalém e como expressão política o movimento comunista. Embora Edward Said tenha procurado reavivá-la, hoje está praticamente extinta em Israel. Conquanto desejável, tal solução sempre esbarrou na realidade de dois nacionalismos étnicos antagonistas, cada qual predisposto a reivindicar seu respectivo direito à autodeterminação.

Essa, tão-somente, a proposta de partilha da esquerda, mas todos os planos estipularam alguma forma de divisão da Palestina. A proposta israelense — da qual o próprio pós-sionismo ainda não se dissociou — se firma em quatro axiomas que determinam o tamanho, a localização, a segurança e a economia para qualquer resíduo de entidade palestina a que se outorgue autogoverno ou a condição de Estado nominal. Tamanho: menos de um quinto do país — Israel manteria os 78% da Palestina tomados em 1948-49, mais Jerusalém e uma parte dos assentamentos na Cisjordânia, geralmente estimados em outros 5% ou 6%. Localização: dois enclaves separados, não incluindo nenhuma localidade importante do pré-guerra e sem portos naturais. Segurança: nenhuma força de defesa, apenas polícia interna. Economia: nenhuma reparação à pilhagem de propriedades árabes, cujo valor é estimado pelas Nações Unidas em cerca de 120 bilhões de libras esterlinas.

15

A impudente iniquidade dessa proposta no âmago do "processo de paz" mal suscitou um murmúrio de protesto na diáspora, onde uma solidariedade étnica prevalece quase universalmente sobre os princípios morais — para não falar na própria Israel. Elas podem ser tomadas, contudo, como um parâmetro para avaliar em que medida haveria uma solução aceitável. Há uma década, Guy Mandron, um oficial francês com algum conhecimento sobre as perspectivas militares dos governantes israelenses, propôs um esquema que tem o mérito de corresponder ao menos a dois critérios para um acordo justo: o Estado palestino formaria um único território contíguo e não teria menos forças de defesa que a contrapartida israelense²⁹. É um choque salutar olhar os mapas de Mandron, que mostram a enorme distância entre o que poderiam significar e o que está "em oferta" hoje, ainda mais quando se nota que seu plano em nada altera as atuais proporções de terra entre os dois Estados propostos e não restitui nenhuma cidade ou porto importantes ao lado palestino. Ele não tenta justificar por que preserva as proporções de superfície existentes, ressaltando que outros pontos de partida são possíveis.

Hoje há cerca de seis milhões de judeus em Israel e um mesmo tanto de palestinos espalhados nos territórios ocupados e em campos em Estados

(29) Mandron, Guy. "Redividing Palestine?". *New Left Review*, nº 10, jul.-ago./2001.

vizinhos e no próprio país. Qualquer divisão de terras equitativa entre esses contingentes aproximadamente iguais requer uma aproximada paridade de recursos. A configuração territorial de uma partilha justa teria de considerar algo como o esquema de Mandron, sem as "compensações" que ele concede a Israel e com a inclusão de Haifa, cuja população tinha dois terços de árabes em 1947. Em outras palavras, um bloco único de território palestino que, entregando-se Gaza, abrangeria a Cisjordânia e Jerusalém oriental, a Galiléia e a linha costeira do Líbano até Haifa, numa faixa adjacente a Israel, formando-se dois Estados interligados em formato de "L". Reparações por propriedades árabes no território israelense espoliadas em 1950, a última condição essencial para um acordo, caberiam àqueles palestinos que não pudessem retornar aos seus lares através das novas fronteiras e àqueles já domiciliados em Israel que optassem por ali permanecer.

16

Basta enunciar essas condições para ouvir o plangente desdém das *belles ames* do sionismo liberal assim como do pós-sionismo: "Isso parece muito bem, mas não é nem remotamente uma política viável" — traduzindo: nós possuímos o que tomamos. Em qualquer âmbito dessa frente de opinião não há a mais tênue intenção de ceder um palmo que seja dos 78% do país trancados a sete chaves contra a reapropriação, nem a menor idéia de que partilhar uma nesga dos restantes 22% poderia ser algo diverso de uma "concessão dolorosa"³⁰. Eis Benny Morris:

(30) Morris, *Righteous victims...*, loc. cit., p. 651.

*Israel fez a sua parte: reconheceu a OLP, reconheceu a necessidade de dividir a Palestina entre um Estado judeu e um Estado palestino menor. Isso é uma grande revolução na concepção dos israelenses em relação ao ponto em que estavam nos anos entre 1948 e 1992. Barak foi até mesmo mais longe, concordando em dividir Jerusalém. Mas Israel não pode admitir o direito de retorno sem encarar sua própria destruição*³¹.

(31) Morris, Benny. Entrevista a *Tikkun*, mar.-abr./2001.

Tom Segev confessa abertamente que, em retrospecto,

o que Barak estava oferecendo parece muito menos generoso do que aparentava quando não reparávamos nos detalhes [sic]. A terra que estávamos oferecendo vinha a ser uma série de ilhotas sem contigüidade territorial, separadas por assentamentos judeus e estradas policiadas pelo Exército israelense. Então a verdade é que não lhes oferecemos um bom acordo.

E continua imperturbavelmente:

Eu vim a perceber [ao pesquisar o período pré-1948] que o conflito era inevitável, que a guerra era inevitável — e agora com os assentamentos a continuação do conflito é mesmo inevitável: não haverá paz neste momento. Sempre fui contra os assentamentos, mas agora eles estão aí [...]. Eles são uma nova realidade — você não pode evacuar cidades inteiras³².

(32) Segev, Tom. Entrevista a *Tikkun*, jan.-fev. 2001.

Para David Grossman, reconhecido por sua empatia pela atribulação palestina,

Barak pôs todas as cartas na mesa. Ele o fez da maneira errada, mas penso que agora mais israelenses sabem do que tivemos de abrir mão em nome de uma paz de verdade. Acho que a eleição de Ariel Sharon mostra que a maioria dos israelenses ainda não está madura o bastante para fazer aquelas concessões. E quando ouço os palestinos, não fico convencido de que eles estão dispostos a fazer as concessões que precisam fazer, sobretudo desistir da demanda pelo direito de retorno³³.

Jerome Slater — a última palavra em sionismo progressista, devotado à "reconciliação" com os palestinos, no estilo Oslo — explica delicadamente por que não se poderia conceder-lhes o retorno:

O decurso do tempo não apenas cria novas realidades práticas, mas também novas realidades morais, ou ao menos mais complexas. Não é questão de que "a força faz o direito"; mais precisamente, o que começou como força pode se desdobrar em direito, ou ao menos em direitos³⁴.

(33) Grossman, David. Entrevista a *Tikkun*, maio-jun./2001. Avi Shlaim, cujos encômios a Barak eram os mais efusivos de todos — a ponto de saudar sua subida ao poder como "mais do que um terremoto: era a alvorada depois de três escuros e terríveis anos" —, agora escreve: "Os Acordos de Oslo não fracassaram: foi Barak quem os enfraqueceu. Os Acordos visavam identificar e cultivar interesses comuns". A seu ver, "a anexação por Israel de cerca de 10% da Cisjordânia, onde reside o grosso dos colonos", e a admissão de "um Estado palestino desmilitarizado e com capital em Abu Dis, evidentemente além dos limites municipais de Jerusalém", constituíam "termos favoráveis" (sic). Ver *London Review of Books*, 16/09/1999 e 25/01/2001.

Em face de tal arrazoadado, a tradição revisionista se revela mais franca e consistente. Por que não dar à força um pouco mais de tempo para que faça o seu trabalho? Se é correto tomar quatro quintos do país, o que há de errado em terminar o trabalho e arrebatá-lo tudo? Deus não dividiu essa terra, mas nos deu-a inteira. Em comparação com a miséria intelectual do "processo de paz", ao qual o pós-sionismo tão miseravelmente se aferra, o argumento da *Eretz Israel* parece indelével.

(34) Slater, Jerome. "Can Zionism be reconciled with justice for the Palestinians?". *Tikkun*, jul.-ago/2000.

17

Não obstante a fibra da resistência dos palestinos às FDI, sua condição frágil não permite que alimentem muita esperança de obter justiça por si próprios, hoje ou amanhã. Mais cedo ou mais tarde, e provavelmente mais cedo, o sionismo trabalhista terá sua chance de espremê-los sob o torniquete de Camp David. O instinto arraigado do regime de Arafat consiste, na expressão arábica, em "evadir-se"³⁵. Viciado nas indenizações norte-americanas e habituado às instruções da CIA, ele só se contém por receio da represália popular. Enquanto persistir a intifada, fora de controle, a Autoridade de Palestina irá ganhar tempo. Mas nenhum levante pode durar para sempre: sob inclementes bloqueios e artilharias embuçadas, a população palestina pode bem se exaurir e qualquer espécie de paz lhe parecerá preferível à continuação de uma guerra desigual. Quem poderá culpá-la? Mais uma vez haverá cenas afetadas nos jardins da Casa Branca e se ouvirá um coro de congratulações da "comunidade internacional", enquanto um Estadinho fragmentado, cuja elite será irrigada com fundos bem-agraçados, se erguerá em algum lugar a oeste do Jordão. Israel sabe bem como manipular um subsidiário árabe: tanto Arafat como o major Haddad, a Autoridade Nacional Palestina como uma versão ampliada do Exército do Sul do Líbano. Se os palestinos podem ser dobrados assim indefinidamente, isso decerto ainda está para se ver.

Passou o tempo em que os madianitas e os amalecitas podiam ser extintos sem memória. O consenso israelense está ciente disso, daí que a mais inegociável de todas as condições para a constituição de um Estado palestino, sobre a qual nenhum dissenso significativo jamais é ouvido, é que — enquanto Israel permanece armada até os dentes — ele seja desmilitarizado. Assim deve ser, pois de outro modo como poderiam os predadores de 78% da terra, embora muito bem guardados por seus próprios cães de guerra, dormir tranqüilamente à noite? Essa exigência, com a qual concorda todo e qualquer israelense bem-pensante, é a confissão do inapelável crime original.

18

Não há outra perspectiva? O poder israelense jamais vai ceder a coisa alguma que não à força, mas tem seu próprio calcanhar-de-aquiles. Ainda é um Estado cuja defesa e prosperidade dependem em última instância dos Estados Unidos. Sua ventura sempre foi tributária da proteção estrangeira, sem a qual fica comprometida a sua sobrevivência. Se o apoio americano fosse subtraído ao sionismo, sua intransigência logo se empanaria. A rigidez da opinião pública em Israel, há muito pautada pela confiança no *placet* americano, é nesse sentido mais frágil do que parece. Se Washington

(35) Sobre o termo "*scurriers*" ["evasores"], cunhado pelo poeta sírio Nizar Qabbani depois do aperto de mãos entre Rabin e Arafat nos jardins da Casa Branca e que desde então ganhou curso geral no mundo árabe, ver, de Avi Shlaim, *The iron wall...*, loc. cit., p. 578; "A history of disappointment". *London Review of Books*, 22/06/2000. [N.T.: Optou-se pelas traduções indiretas "evadir-se" para "to scurry" (literalmente, "sair em disparada", como no título do artigo) e "evasores" (transpondo o neologismo "*scurriers*") a fim de captar o evidente carregamento semântico desses termos no contexto em que o autor os emprega.]

puxasse o tapete sob Jerusalém, inesperadas mudanças de lealdade não tardariam. Mas como poderia a América cogitar tamanha traição? A resposta está, como esteve desde os anos 1950, no mundo árabe. Enquanto os dois principais poderes árabes — o Egito, por sua população, e a Arábia Saudita, com seu petróleo — permanecerem Estados-clientes da América, o Oriente Médio e seu petróleo estarão seguros nas mãos dos Estados Unidos, e não haverá razão para que este negue a Israel o que queira. Mas se acaso isso mudasse o destino dos palestinos instantaneamente seria outro. Os Estados Unidos têm investido enormes somas para sustentar a decrépita ditadura de Mubarak no Cairo, cordialmente desprezada pelas massas egípcias, e não tem poupado esforços para proteger a plutocracia feudal em Riad, empoleirada numa montanha de imigrantes sem direitos. Se um desses edifícios desabasse — no melhor dos casos, ambos —, o equilíbrio de poder na região se transformaria.

A desoladora história política do mundo árabe no último meio século dá poucos motivos para pensar que isso será provável em curto prazo. Tampouco há qualquer garantia de que regimes sucessores fariam melhor que Nasser e demais fracassos da sua época. Mas nenhuma estagnação é para sempre, mesmo no Oriente Médio. Qualquer ruptura real em seu sistema de poder regional deixaria a bússola norte-americana sem norte, de forma que regimes genuinamente independentes no Nilo ou em Meca logo poriam em questão a significância da conexão sionista. O sangue pode ser mais denso que a água, mas o petróleo é mais denso que ambos. A opressão dos palestinos é uma consequência da ampla submissão do Oriente Médio. O dia em que o mundo árabe parar de se evadir para Washington — se é que virá esse dia —, Israel será forçada a restituir seus incomensuráveis lucros. Por menos que isso, é improvável que o sionismo seja movido.

Recebido para publicação em
17 de dezembro de 2001.

Perry Anderson é historiador e
editor de *New Left Review*. Pu-
blicou nesta revista "A Europa
do futuro", nº 45.

Novos Estudos
CEBRAP
N.º 62, março 2002
pp.41-60
